Sumário

APRESENTAÇÃO 17

PREFÁCIO 19

INTRODUÇÃO 23

1 PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E SISTEMA PENAL 29

1.1 INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA: A "HUMANIZAÇÃO" DA PUNIÇÃO 29

1.1.1 Dos suplícios à pena individualizada: uma opção racional na arte de punir 30

1.1.2 A individualização da pena como um direito fundamental 41

1.2 A RACIONALIDADE DO DISCURSO JURÍDICO-PENAL: O SUJEITO REDUZIDO A OBJETO DO SABER-PODER DETENTOR DA VERDADE CIENTÍFICA 46

1.2.1 Luzes que cegam: incandescência iluminista, determinismo e verdade científica na razão jurídico-penal 47

1.2.2 O predomínio da etiologia nas práticas penais 59

1.2.3 Do infrator ao delinquente: o império da normalidade .. 65

1.3 ESTIGMATIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO DA DIFERENÇA 74

1.3.1 O estigma do criminoso 74

1.3.2 Selecionando, punindo, selecionando... 83

1.3.3 Igualdade e coesão social a partir da eliminação da diferença: à sombra de Carl Schmitt 93

2 A PRÁTICA DA INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA NO DISTRITO FEDERAL 103

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.1 A INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA 107

2.2 CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS: A FIXAÇÃO DA PENA-BASE 109

2.2.1 Ofendendo os princípios do contraditório e da ampla defesa 112

2.2.2 Discurso vazio e *bis in idem*: constantes da equação 115

2.2.3 Antecedentes: pena e estigma eternos 125

2.2.4 "Personalidade voltada para o crime" e conduta social no discurso medicalizado 128

2.2.5 Correlação entre circunstâncias judiciais e crimes 134

2.3 AGRAVANTES E ATENUANTES 137

2.3.1 A impertinência da reincidência 138

2.3.2 A inoperante contrapartida da confissão espontânea 145

2.3.3 Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça (ou como violar um preceito constitucional por meio de um enunciado jurisprudencial) e a extinção do limite mínimo de fixação da pena 147

2.4 O QUE SE PUNE? 152

2.5 A FORMA DA PUNIÇÃO: REGIME DE CUMPRIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE 157

2.5.1 Fechando o cerco: o regime de cumprimento da pena 157

2.5.2 Alternativas à prisão: a substituição da pena privativa de liberdade 161

2.6 QUE INDIVIDUALIZAÇÃO? 163

CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS 179

APÊNDICES 189

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br